



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 85/2019/PRESI (SEI - 0199393)

Brasília-DF, 20 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
 Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
 Secretário-Geral
 Ministério Público do Estado do Amazonas
 Av. Cel. Teixeira, 7995, Nova Esperança
 69037-473 – Manaus-AM

ID/SEI: 1897/19-55

Assunto: **Restitue termo e extrato**

Senhor Secretário,

Restituo a Vossa Excelente via assinada do Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Amazonas ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde.

Informo que o extrato do ajuste foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, edição de 21 de março de 2019.

Atenciosamente,

Wilson Silva
 Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Alves Da Silva, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 21/03/2019, às 19:55, conforme Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0199393** e o código CRC **986E3E9F**.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO Nº _____/_____

Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Amazonas ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, doravante denominado **MP/AM**, com sede na Av. Cel. Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus/AM, CEP: 69.037-473, CNPJ nº 04.153.748/0001-85, representado neste ato por sua Procuradora-Geral, **LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE**, CPF nº 239.809.582-72, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de setembro de 2018, e o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, com sede no SAFS, Quadra 02, Lote 03, Brasília/DF, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, doravante denominado **CNMP**, neste ato representado por sua Presidente, a Procuradora Geral da República, **RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**, portadora da Carteira de Identidade nº 577.931 SSP/DF e CPF nº 244.903.501-04, celebram o presente **TERMO DE ADESÃO**, doravante denominado apenas TERMO, com base na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Cláusula Primeira

Do Objeto

1. Este TERMO tem por escopo a Adesão ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça nº 047/2018, publicado no Diário Oficial da União nº 243/2018, de 13 de dezembro de 2018, que tem por objetivo possibilitar aos Ministérios Públicos brasileiros: 1.1 a

solicitação de pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, elaborados na forma disposta no Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016, que constarão do sistema de dados E-NatJus, criado e mantido pelo CNJ, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ nº 238, de 6 de setembro de 2016, a fim de racionalizar e qualificar a judicialização da saúde pelo Ministério Público brasileiro; 1.2 a solicitação de curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), ministrada pelo Hospital Sírio Libanês e pelo Instituto de Avaliação de Tecnologias em Saúde, através do Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016.

Parágrafo Único. A plataforma digital E-NatJus abriga o banco de dados nacional de pareceres técnico-científicos e notas técnicas elaboradas com base em evidências científicas na área da saúde, emitidos pelos Núcleos de Apoio Técnico (NAT-JUS), Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) selecionados e Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), além de julgados na área da saúde, e tem por objetivo oferecer fundamentos científicos para as decisões dos Magistrados de todo o País quando precisarem julgar demandas de saúde.

Cláusula Segunda

Das Obrigações

2. Obrigam-se as partes do presente TERMO a promover ações de interesse comum que visem ao estrito cumprimento aos termos do Termo de Cooperação Técnica nº 047/2018, ficando vinculado às cláusulas e condições previstas no referido acordo.

2.1. Os Ministérios Públicos aderentes se comprometem a:



- a) cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I);
- b) solicitar, mediante correio eletrônico, a elaboração de novos pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, quando houver casos recorrentes, ainda que não judicializados, aos respectivos Comitês Executivos Estaduais, que integram o Fórum Nacional de Saúde do Poder Judiciário, que serão elaborados na forma disposta no Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016;
- c) solicitar, mediante correio eletrônico, curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, de seus membros e as equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), ministrada pelo Hospital Sírio Libanês e pelo Instituto de Avaliação de Tecnologias em Saúde, através do Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016;
- d) zelar pelo uso adequado do Sistema E-NatJus, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer;
- e) informar ao CNMP e ao CNJ eventuais falhas no sistema, solicitando correção, bem como a implementação de melhorias.

Cláusula Terceira

Dos Recursos

3. O presente TERMO não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

3.1. As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de



responsabilidade de cada partícipe no âmbito de sua atuação.

Cláusula Quarta

Da Vigência

4. O presente TERMO vigorará a partir da publicação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do respectivo extrato no Diário Oficial da União, na forma do art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666, de 1993, respeitado o prazo estabelecido na cláusula quarta do Termo de Cooperação Técnica.

Cláusula Quinta

Da Denúncia ou Rescisão

5. Este TERMO poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

E assim, por estarem de pleno acordo, assinam os respectivos representantes, em 2 (duas) vias.

Brasília-DF, 18/3/19.


RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público


LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE

Procuradora-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Amazonas

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 821246/2015, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE PARANGUÁ, Processo Administrativo 72031.003847/201584 - Objeto: Valorizar a Gastronomia Local através do resgate da cultura atoiniana, da socialização sobre melhores práticas em serviços de alimentação e da divulgação do Roteiro Gastronômico de Araraquã/SP. - Motivo anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 821496/2015, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE PARANGUÁ, Processo Administrativo 72031.003848/201529 - Objeto: Promover a culinária regional por meio da produção de livro de receitas caianas e da realização do I Festival Caiana de Parangará - PR. - Motivo anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 821507/2015, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE GRAMADO, Processo Administrativo 72031.003849/201573 - Objeto: Promoção da Gastronomia Regional no Município de Gramado/RS como Diferencial Competitivo para o Destino. - Motivo anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 828252/2016, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE ESTREITO, Processo Administrativo 72031.001683201631 - Objeto: 20ª SÃO JOÃO 2016 - Motivo anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 828259/2016, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE SATUBINHA, Processo Administrativo 72031.001675201695 - Objeto: Realização das Festas Juninas 2016 no município de Satubinha-MA. - Motivo anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 717797/2009, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE COCALINHO/MT, Processo Administrativo 72031.0007252019-60 - Objeto: 8ª Festa de Rodéio de Cocalinho - MT. Motivo da anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 833784/2016, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE FLORESTA/PE, Processo Administrativo 72031.002871/2019-20 - Objeto: 108ª Edição do São João. Motivo da anulação: inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento
e Competitividade do Turismo

SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO**AVISO DE ANULAÇÃO**

Anulação do Convênio SICOV nº 746693/2010, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, Processo Administrativo 72031.011328/2010-85 - Objeto: Elaboração de projeto básico e executivo para a sinalização turística do município de Belo Horizonte. - Motivo anulação: Anulação do convênio, tendo em vista a inexecução do objeto.

ROBSON NAPIER BORCHIO
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 723472/2009, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e GOIÁS - TURISMO - AGENCIA ESTADUAL DE TURISMO, Processo Administrativo 72031.006544/2009-75 - Objeto: implementação do Fortalecimento Institucional da Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR Nacional do Estado de Goiás. - Motivo anulação: Anulação do convênio, tendo em vista a inexecução do objeto.

ROBSON NAPIER BORCHIO
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 700244/2008, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e GOIÁS - TURISMO - AGENCIA ESTADUAL DE TURISMO, Processo Administrativo 72000.004986/2008-63 - Objeto: Implantação do Parque Internacional de Eventos do Agronegócio - Motivo anulação: Anulação do convênio, tendo em vista a inexecução do objeto.

ROBSON NAPIER BORCHIO
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo

AVISO DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICOV nº 753523/2010, firmado entre MINISTÉRIO DO TURISMO e ESTADO DE SERGIPE, Processo Administrativo 72031.016813/2010-45 - Objeto: Elaboração de estudos e projetos para a reforma, ampliação e reestruturação do Centro de Convenções de Sergipe - CCS - Motivo anulação: Anulação do convênio, tendo em vista a inexecução do objeto.

ROBSON NAPIER BORCHIO
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo

**INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA****AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 2/2019**

Comunicamos a suspensão de licitação supracitada, publicada no D.O.U em 11/03/2019 - Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços contínuos Agente de Integração de Estágio, para administração do programa de concessão de vagas de estágio obrigatório e não-obrigatório oferecido a estudantes de ensino superior, de ensino médio, de educação profissional, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional, de jovens e adultos, regularmente matriculados e com frequência efetiva, a fim de atender às necessidades da Embratur.

LEONIDAS JOSE DE OLIVEIRA
Diretor de Gestão Interna

(SIDEC - 20/03/2019) 185001-18203-2019NE800050

Conselho Nacional do Ministério Público**EXTRATOS DE ADEÇÃO**

Processo 19.00.1000.0001895/2019-12 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Amapá ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Márcio Augusto Alves, Procurador-Geral do MP/AM.

Processo 19.00.1000.0001918/2019-70 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público Militar ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral do MP/AM.

Processo 19.00.1000.0001897/2019-55 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Maranhão ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Leda Mara Nascimento Albuquerque, Procuradora-Geral do MP/AM.

Processo 19.00.1000.0001898/2019-28 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Espírito Santo ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Eder Pontes da Silva, Procurador-Geral do MP/ES.

Processo 19.00.1000.0001900/2019-71 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Paulo Cesar dos Passos, Procurador-Geral do MP/MS.

Processo 19.00.1000.0001901/2019-44 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Antônio Sérgio Fomet, Procurador-Geral do MP/MG.

Processo 19.00.1000.0001903/2019-87 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Paraná ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 18/03/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Francisco Seráfiphico Ferraz da Nobrega Filho, Procurador-Geral do MP/PR.

Processo 19.00.1000.0001905/2019-33 Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado de Pernambuco ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde.

